

EVENTO

DIREITO ADMINISTRATIVO

## Especialistas de diversas instituições propõem melhorias nas gestões públicas



Pollyanna Bicalho/OAB Minas

*Integraram a Mesa de Honra, na abertura do evento, na noite do dia 20 de outubro, a presidente da Apeminas, Célia Cunha Mello; o 1º vice-presidente do TJMG, desembargador Alberto Vilas Boas, representando o presidente da Corte mineira, desembargador José Arthur de Carvalho Pereira Filho; o presidente da OAB/MG, Sérgio Leonardo; a presidente do Imda, Luciana Raso; a presidente do TRF-6, Mônica Sifuentes; o conselheiro-substituto do TCEMG, Telmo Passareli, representando o presidente Mauri Torres; e o diretor da Faculdade de Direito da UFMG, Hermes Guerrero.*

“Nova Lei de Licitações”; “Improbidade Administrativa”; “Concessões e PPPs”; “Contratações e Direito Administrativo na Era Digital” foram alguns dos temas tratados durante o *XII Congresso Mineiro de Direito Administrativo*, realizado pelo Instituto Mineiro de Direito Administrativo (Imda), no auditório da OAB-MG, nos dias 20 e 21 de outubro. A Advocacia Pública mineira foi representada pelo advogado-geral, Sergio Pessoa de Paula Castro; pela presidente da Apeminas, Célia Cunha Mello, e pela procuradora do Estado de Minas Gerais, Raquel Urbano Melo de Carvalho.

Em suas considerações iniciais, na Mesa de Honra, Célia Cunha Mello destacou que os estudos promovidos pelo Imda e o próprio Imda, presidido por Luciana Raso, “trazem em seu DNA a nossa

mineiridade e a alma da escola mineira de Direito Administrativo, tão sedimentada em suas origens pelo nosso saudoso professor Paulo Neves de Carvalho”. Segundo ela, eventos como o Congresso Mineiro de Direito Administrativo promovem a troca de informações entre profissionais de diversas instituições, enriquecendo os debates e o próprio Direito Administrativo.

Nas palavras de Luciana Raso, o objetivo do evento foi justamente o de “promover um ambiente de debates e avanços no Direito Administrativo, buscando a melhoria das gestões públicas em Minas Gerais. Os resultados desse congresso certamente serão incorporados ao dia a dia das escolas de Direito e das administrações municipais”.



Willian Fernandes/AGE-MG

*Para a procuradora do Estado de Minas Gerais, Raquel Urbano Melo de Carvalho, que participou do Painel sobre Direito Administrativo na Era Digital, a realidade social do Estado de Minas Gerais requer modernização dos instrumentos utilizados pelo público e a chave é a inteligência artificial, recurso utilizado pelo mercado”. Também participaram como palestrantes da Mesa presidida pelo desembargador do TJMG, Rogério Medeiros Garcia de Lima, a advogada, professora, fundadora e diretora de comunicação do Instituto de Juristas Brasileiras, Mariana Magalhães Avelar, e o advogado, professor e analista de controle externo do TCEMG, Pedro Henrique Azevedo. Nos extremos da Mesa, estão as debatedoras, a professora e autora de obras na área de Direito Administrativo, Luciana Gaspar Melquiades Duarte, e a advogada e professora Bruna Rodrigues Combaroli.*



Willian Fernandes/AGE-MG

*A presidente da Apeminas, Célia Cunha Mello, foi presidente da Mesa sobre Concessões, Parcerias Público-Privadas e Privatização na Atualidade, que teve como palestrantes o conselheiro do TCEMG, Cláudio Terrão; o advogado e professor Luciano Ferraz; a advogada, professora e consultora, Maria Tereza Fonseca Dias, e, como debatedores, a advogada e especialista em Direito Público, Alécia Paolucci Nogueira Bicalho e o advogado e autor de obras na área de mobilidade urbana, Geraldo Spagno.*



Willian Fernandes/AGE-MG

O advogado-geral, Sérgio Pessoa de Paula Castro, presidiu a mesa dedicada ao tema Servidores públicos, contratações temporárias e terceirização, ao lado dos palestrantes Florivaldo Dutra de Araújo (professor e procurador da ALMG); Júlio César dos Santos Esteves (que já atuou como procurador-geral da ALMG e presidente do Imda) e Roberto Sorbilli Filho (consultor jurídico da ALMG, advogado e professor). Participaram como debatedores Luiz Carlos Figueira de Melo (professor, que já atuou como procurador da Câmara Municipal de Uberlândia) e Leonardo Carneiro Assumpção Vieira (professor e especialista em Direito Público).



Apeminas

O ministro do TCU, Antonio Augusto Anastasia, ex-governador de Minas Gerais, abordou o tema Direito Administrativo e Segurança Jurídica, na conferência de encerramento.

■ PRÊMIO INNOVARE

## Procuradora do Estado de Goiás é finalista



Divulgação Apeg

*Valentina Jungmann foi autora do projeto que promoveu a paridade de gênero na OAB*

A advogada, procuradora do Estado e ex-presidente da Associação dos Procuradores do Estado de Goiás (Apeg), Valentina Jungmann, é uma das finalistas da 19ª Edição do Prêmio Innovare. O prêmio tem como objetivo o

reconhecimento e a disseminação de práticas transformadoras que se desenvolvem no sistema de Justiça do Brasil.

Participam da Comissão Julgadora do Innovare ministros do STF, STJ, TST, desembargadores, promotores, juízes, defensores, advogados e outros profissionais de destaque interessados em contribuir para o desenvolvimento do Poder Judiciário.

As práticas finalistas e vencedoras foram anunciadas no último dia 18 de outubro. A cerimônia de premiação terá data anunciada em breve, com previsão para ser realizada no início de dezembro, no STF.

**Advocacia** - Jungmann foi nomeada na categoria Advocacia. Ela também é professora, ex-conselheira federal da OAB e autora do Projeto Valentina: Paridade Já!, aprovado pelo Conse-

lho Pleno da OAB Nacional, em 14 de dezembro de 2020. A partir de novembro de 2021, as chapas concorrentes ao Sistema OAB passaram a se apresentar com 50% de mulheres.

Essa conquista, retratada pela edição 30 do jornal Res Publica (abril/maio/junho de 2021), repercutiu em outras instâncias, como, por exemplo, nas listas sêxtuplas de indicação às vagas reservadas ao quinto constitucional.

Algumas entidades de classe seguiram esse novo parâmetro, entre elas, a Anape. Em 11 de março deste ano, em Assembleia Geral Ordinária, os associados aprovaram proposta formalizada pela presidente da Apeminas, Célia Cunha Mello, de adoção da paridade de gênero também na associação nacional.

*\*Com informações da Assessoria de Comunicação da Apeg*

■ MÍDIA ESPONTÂNEA

## Advocacia Pública mineira é notícia

Na semana passada, em ocasião do XII Congresso Mineiro de Direito Administrativo, promovido, nos dias 20 e 21, pelo Instituto Mineiro de Direito Administrativo (Imda), em Belo Horizonte, a Advocacia Pública mineira foi notícia no blog do PCO (Paulo César de Oliveira) e no jornal Diário o Comércio. A AGE-MG, o TJMG e o TCEMG também divulgaram o evento em seus sites. As notícias foram divulgadas para os associados, por meio do APEClipping.

■ FERIADO



Considerando o Comunicado do Governo do Estado de Minas Gerais, publicado no Diário do Executivo, de 2 de fevereiro, e acompanhando o Judiciário de Minas Gerais, a Apeminas entrará em recesso na próxima segunda-feira, dia 31 de outubro, que foi estabelecido como data de comemoração do Dia do Funcionário Público, em 2022. O expediente fica suspenso também no dia 1º de novembro e no Dia de Finados (2), feriado nacional. A Apeminas retomará suas atividades a partir do dia 3, quinta-feira. A todos, bom proveito e bom descanso.